

Comunicado

Discussão Nacional sobre a Gestão dos Recursos Petrolíferos em São Tomé e Príncipe e Encontro de Coordenação Regional da Sociedade Civil dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

29-31 de Outubro de 2007

A Discussão Nacional sobre a Gestão dos Recursos Petrolíferos em São Tomé e Príncipe e o Encontro Regional de Coordenação da Sociedade Civil dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa foi uma organização conjunta da Campanha “Publique o que Paga”, Alerta Internacional, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O evento contou com a participação de representantes de São Tomé e Príncipe (STP), Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Nigéria, bem como de ONG internacionais (Global Witness, Revenue Watch, OSIWA e OSISA), Banco Mundial, Universidade Columbia, Autoridade Conjunta Nigéria/São Tomé e Príncipe e o sector privado.

De acordo com a sua determinação em promover a transparência na gestão dos recursos naturais, os *participantes*:

Congratularam-se com os primeiros passos que o Governo de São Tomé e Príncipe tem dado para adesão à Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (EITI);

Reconhecem que a implementação do EITI em São Tomé e Príncipe, representa um sinal positivo para a comunidade nacional e internacional relativamente à determinação do governo para com a transparência, num momento em que STP está a envidar esforços para obter a redução da sua dívida externa e a preparar a licitação dos blocos de petróleo na sua Zona Económica Exclusiva (ZEE);

Tendo em conta a dimensão da economia de São Tomé e Príncipe, os pagamentos de bónus recebidos após a assinatura do contrato de exploração representam uma importante fonte de receitas para o país;

Alertaram o governo de STP para o facto de, caso opte pela fusão do Comité do EITI com a Comissão de Fiscalização do Petróleo, deve assegurar que:

- Haja uma representação adequada das três partes interessadas no processo (governo, sociedade civil e sector privado);
- O Governo esteja adequadamente representado no comité através dos ministérios relevantes (Recursos Naturais e Ambiente e do Plano e Finanças), Agência Nacional do Petróleo e Banco Central;
- Os representantes da Indústria Petrolífera incluam não apenas a Chevron mas também outras empresas presentes no sector do petróleo, como por exemplo a Addax, Anadarko, SINOPEC, entre outras;
- A Sociedade Civil se faça representar por ONG's nacionais;

- Cada parte interessada nomeie livremente os seus representantes;
- Independentemente da composição final do Comité do EITI, seja criado um pequeno grupo de trabalho (task force), com igual representação das três partes interessadas, que deverá trabalhar na implementação efectiva do plano de acção.

Torna-se necessário formular e publicar um plano de acção com objectivos claros, prazos de implementação, identificar de forma exacta as áreas que necessitam de capacitação e elaborar o respectivo orçamento.

O Plano de acção deverá servir para:

- Promover a colaboração com o Comité do EITI da Nigéria (NEITI) e trabalhar com vista a que se faça uma gestão transparente nas operações na Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC). As contas da Autoridade Conjunta (JDA), em particular, devem ser auditadas e publicadas conforme previsto na Declaração de Abuja;
- Desenvolver uma campanha de informação pública em antecipação ao próximo leilão de blocos, a realizar-se na ZEE. Os membros da Sociedade Civil do comité do EITI devem receber formação para liderar a organização da campanha, como forma de monitorar o processo e lidar com as expectativas das populações;
- Desenvolver programas efectivos de formação para o Governo e para os membros da sociedade civil do comité do EITI de STP. Estes programas deverão ser implementados em simultâneo com as acções acima. O Banco Mundial, a Chevron e as ONG's internacionais expressaram o seu interesse em providenciar apoio financeiro e técnico para esta formação.

Urge que as partes interessadas na Nigéria assegurem que:

- O Governo Nigeriano implemente de forma pro-activa a Declaração de Abuja e assegure que esta seja respeitada;
- O NEITI apoie o estabelecimento da fiscalização prevista pelo EITI na Zona de Desenvolvimento Conjunto, em estreita colaboração com o comité do EITI de STP;
- A Sociedade Civil e o Parlamento Nigeriano envidem esforços em prol da transparência e apoiem todas as investigações necessárias, a nível nacional e internacional.

Urge que as partes interessadas em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique assegurem que:

- Os Governos lusófonos adiram e implementem efectivamente o EITI;
- A Sociedade Civil dos países lusófonos se apoie mutuamente e aos respectivos governos, de forma efectiva e pro-activa, na promoção do EITI e nos outros esforços de monitorização independente;
- A Sociedade Civil implemente uma estratégia de apoio mútuo acordado neste workshop;
- Se estabeleça um mecanismo de coordenação permanente da Sociedade Civil para monitorar a implementação dessa estratégia de apoio mútuo.

Urge que os parceiros internacionais:

- Forneçam apoio técnico e financeiro à sociedade civil na promoção da transparência nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;
- Monitorizem os trabalhos na ZDC e assegurem que os interesses são-tomenses e nigerianos sejam integralmente respeitados.

Finalmente, queremos agradecer sua Excelência, o Senhor Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Fradique Bandeira Melo de Menezes, por ter presidido a sessão de abertura e participado activamente na conferência. Agradecemos igualmente aos organizadores por terem provido esta plataforma vital para o diálogo sobre a transparência nas indústrias extractivas.